



Gerardo Magela/Senado Federal

Romero Jucá (E) e Alvaro Dias debatem com Marínor Brito proposta de convocação

## Governo defende Palocci e evita convocação

Senadores governistas defenderam ministro em Plenário e evitaram convocação na CMA. Oposição coleta apoio para criar CPI. **4**

## Aprovados nomes para Conselho do Ministério Público **6**

## Como desenvolver áreas de fronteira com segurança **8**

# Aprovada MP que destina R\$ 26 bi a estatais e ministérios

Setor energético foi o maior beneficiário da Medida Provisória 515/10, alvo de protestos de senadores da oposição, que a consideram inconstitucional

O Plenário aprovou ontem a MP 515/10, que concedeu crédito extraordinário a 20 ministérios, órgãos do Executivo, empresas estatais e Poder Judiciário.

A maior parte foi destinada a investimentos em energia. A votação foi precedida de fortes críticas da oposição, que já contestou a medida no Supremo Tribunal Federal. **3**

## Dez senadores cobram repactuação das dívidas dos estados com a União **5**



Gerardo Magela/Senado Federal

Delcídio do Amaral (E), Sérgio Petecão, Eunício Oliveira e Eduardo Braga (D) em reunião na CAE



Jane Araújo/Senado Federal

Sarney recebe o presidente do Parlamento da Nova Zelândia, Lockwood Smith, e sua comitiva

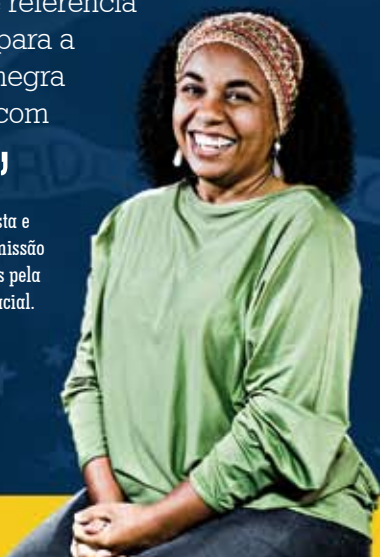
## Sarney e deputado da Nova Zelândia defendem aproximação **2**

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história. Mudou para você, mudou para



“O estatuto é referência importante para a população negra prosseguir com suas lutas.”

Íris é jornalista e integra a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial.



“O estatuto mostra que algo tem impedido a população negra de ter os mesmos direitos que outros brasileiros.”

Maria Angélica é membro do Conselho de Defesa dos Direitos do Negro do DF.

## Estatuto da Igualdade Racial

[www.senado.gov.br/mudouparavoce2011](http://www.senado.gov.br/mudouparavoce2011)

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história.





Aos 97 anos, morreu o pioneiro da militância negra no país – entre muitas outras atividades a que Abdias se dedicou. O voto de pesar foi pedido por Paulo Paim

## Pesar no Senado pela morte de Abdias Nascimento

O SENADO APROVOU voto de pesar pelo falecimento do ex-senador e ativista do movimento negro Abdias Nascimento, aos 97 anos, ocorrido na manhã de ontem. A iniciativa foi do senador Paulo Paim (PR-RS), que destacou que Abdias foi escritor, poeta, artista plástico, ator e diretor teatral, jornalista, professor, pesquisador e deputado federal, além de ativista “das lutas contra qualquer forma de racismo e discriminação”.

– Ele deixa a esposa, Elisa Larkin, filhos e milhares de seguidores pelos quatro cantos do nosso país, que reconheciam nele uma referência e o tinham como estrela-guia de coragem e de dedicação aos direitos humanos. Abdias Nascimento não é um patrimônio só do Brasil. É de toda a Humanidade. E faço de suas palavras um pouco das minhas: quando o assunto é a igualdade racial, o debate já é uma vitória – disse Paim.

Os senadores João Pedro (PT-AM) e Marta Suplicy (PT-SP) também lamentaram o falecimento de Abdias. Marta Suplicy disse que Abdias foi “um gigante na luta contra o racismo”.

– Um grande brasileiro que teve ao longo de sua vida dedicação e compromisso com a luta em defesa do povo negro e com a história social e política dos negros. Que não calou no período da ditadura militar – afirmou João Pedro.

### Vida dedicada à militância contra a discriminação racial

Nascido em Franca, interior de São Paulo, em 1914, o ex-senador Abdias Nascimento foi pioneiro do movimento negro no Brasil.

Nos anos 1930, participou da Santa Hermandad Orquídea, formada por poetas sul-americanos. Nos anos 1940, criou o Teatro Experimental do Negro. Também fundado por ele, o Comitê Democrático Afro-Brasileiro advogou por direitos para as empregadas domésticas e políticas afirmativas para a população negra, propostas levadas à Constituinte de 1946.

Escritor, intelectual, ativista, ator e escultor, Abdias exilou-se nos Estados Unidos em 1968, durante a ditadura

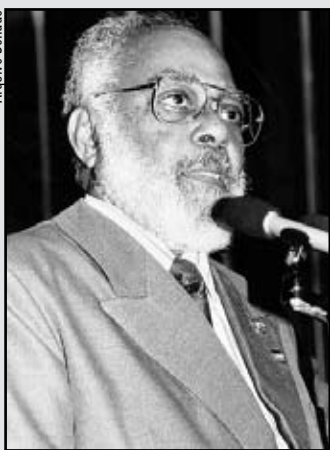
militar. Participou, no Caribe, na África e nos Estados Unidos, de vários encontros do movimento internacional pan-africanista. Retornou ao Brasil em 1978.

Entrou para a política partidária e foi deputado federal pelo PDT de Leonel Brizola, de 1983 a 1987. Suplente de Darcy Ribeiro (1922-1997), Abdias Nascimento exerceu mandato de senador de 1997 a 1999. Apresentou vários projetos de lei com objetivo de combater o racismo e buscar reparação, por causa do escravagismo, à população afrodescendente brasileira.

No segundo governo de Brizola no Rio de Janeiro, Abdias foi titular da Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras.

Professor benemérito da Universidade Estadual de Nova York, o ex-senador recebeu título de doutor *honoris causa* pelas universidades de Brasília (UnB) e do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), em função da militância no combate à discriminação racial no Brasil. Recebeu diversas premiações, entre as quais o Prêmio Unesco na categoria Direitos Humanos e Cultura de Paz, em 2001.

Arquivo Senado



Abdias Nascimento buscava formas de reparar o regime de escravidão

### Servidor pode sugerir melhorias à administração

A Diretoria-Geral do Senado lançou ontem a primeira ferramenta do novo programa de gestão participativa. Com o “Ideias em Ação”, servidores efetivos e comissionados poderão encaminhar sugestões diretamente à administração da Casa, por meio da intranet.

De acordo com a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, as sugestões serão debatidas em reuniões periódicas com as unidades envolvidas e vão ser adotadas sempre que possível. Quando não for o caso, a unidade deverá apresentar uma justificativa. Nas duas situações, o autor da proposta receberá uma resposta, com as explicações.

As ideias podem ser enviadas por meio de *link* na página principal da intranet da Casa e classificadas em temas como “eliminação da burocracia excessiva” ou “substituição dos processos mecânicos pelos eletrônicos”. As propostas serão avaliadas e repassadas às áreas relacionadas.

### Presidente do parlamento da Nova Zelândia visita o Senado

A necessidade de estreitar as relações comerciais entre Brasil e Nova Zelândia foi o tema principal do encontro ontem entre o presidente do Senado, José Sarney, e o presidente do parlamento daquele país, Lockwood Smith, no Salão Nobre.

Smith, que visita o Brasil até hoje, acompanhado por uma delegação de deputados, ressaltou o potencial de futuras parcerias nas áreas de produção de alimentos, pesquisa e novas tecnologias.

– Quando olhamos para o futuro, vemos a possibilidade

de investimentos econômicos mais profundos entre os dois países – assinalou.

Sarney disse que Nova Zelândia e Brasil devem buscar firmar parcerias, em especial na área de novas tecnologias.

– O mundo do futuro não será dos países grandes ou pequenos, mas dos países que desenvolverem novas tecnologias – afirmou.

Smith também citou o crescimento, nos últimos anos, do número de brasileiros inscritos em programas de intercâmbio com seu país.



Lockwood Smith e Sarney defenderam aumento do intercâmbio comercial

### Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h40 serão publicados na edição de amanhã do *Jornal do Senado*.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Rito das MPs em discussão

14h Na pauta da sessão deliberativa, a Proposta de Emenda à Constituição 11/11, que altera a tramitação de medidas provisórias.

### Presidência Votação de projeto de resolução

12h O senador José Sarney preside sessão do Congresso para votação do Projeto de Resolução 1/11; às 14h30, participa de reunião da bancada do PMDB; e, às 16h, preside a ordem do dia.

### CAS Taxista pode ter profissão regulamentada

9h A Comissão de Assuntos Sociais examina, entre outras matérias, projetos que regulamentam a profissão de taxista e tornam obrigatória o exame médico pericial para suspensão de pagamento do auxílio-doença.

### CCT Jornada pela Inovação

9h Primeira audiência pública da Jornada pela Inovação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

### CDH Em debate, a cidadania cigana

9h Audiência pública debate a cidadania cigana. Os senadores da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ouvem, entre outros, a deputada federal Erika Kokay, idealizadora da Frente Parlamentar Cigana; e a representante da Associação dos Ciganos Calons, Marlete Queiroz.

### CDR Isenções fiscais para a Amazônia

9h30 Projeto que amplia a lista de produtos da Amazônia Ocidental isentos do IPI e reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS-Pasep e da Cofins que incidem sobre a venda no mercado interno está na pauta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

### CCJ Reforma política inicia tramitação

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania inicia a leitura de projetos referentes à reforma política. Também na pauta, substitutivo da Câmara a projeto que convoca plebiscito sobre a criação do estado de Tapajós.

### CE Centenário do pintor Carybé

10h Audiência pública para celebrar o centenário de nascimento do artista Carybé na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Estão convidados o secretário de Cultura da Bahia, Albino Rubim, e a filha do artista, Solange Bernabó, que dirige o Instituto Carybé.

### CAE ICMS no transporte em debate

10h A Comissão de Assuntos Econômicos realiza audiência pública para instruir a deliberação do projeto de resolução (PRS 72/10) que estabelece alíquotas do ICMS de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação nas operações interestaduais com produtos importados do exterior. O economista Luis Paulo Rosenberg é o convidado para o debate.

### Amazônia Definição de cronograma

14h Reunião para programação das atividades da Subcomissão Permanente da Amazônia, que integra a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

### CI Medida provisória em discussão

14h Audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura para debater a medida provisória (MP 517/10) que prorroga até 2035 a Reserva Global de Reversão e estende por mais um ano o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa). Foram convidados, entre outros, o secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann.

### Belo Monte Avaliação da obra com o Ibama

14h A Subcomissão Temporária destinada a acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte realiza audiência pública. O objetivo é obter informações sobre a implantação e obras nos sítios principais e nos municípios impactados, e o atendimento às demandas expressas no rol de condicionantes da licença prévia. Entre os convidados, o presidente do Ibama, Curt Trennepohl.

### Copa Andamento das obras no DF

14h30 Audiência da Subcomissão Permanente da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, que integra a CMA, para avaliar o andamento das obras para a Copa de 2014 no Distrito Federal, com o coordenador Sérgio Graça.

### CMO Exame do relatório da LDO

14h30 Comissão Mista de Orçamento reúne-se para analisar o parecer preliminar do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2012.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)



Senadores da oposição votaram contra sob o argumento de que a MP não atendeu aos pressupostos constitucionais de imprevisibilidade e urgência

# Plenário aprova verba extra para ministérios

O SENADO APROVOU ontem por 47 votos a favor e 17 contra, a medida provisória (MP 515/10) que concedeu crédito extraordinário de R\$ 26,66 bilhões a 20 ministérios, órgãos do Executivo, empresas estatais e Poder Judiciário. Do total, R\$ 23,3 bilhões foram destinados a investimentos de estatais, a maioria vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A medida vai à promulgação.

Ao apresentar seu parecer, o relator, Jorge Viana (PT-AC), disse que a MP destinou recursos a ações "imprescindíveis e inadiáveis" de diversos órgãos e áreas, como a segurança social, a Petrobras e a Eletrobras. O voto do relator foi pela rejeição de todas as 24 emendas, parte delas apresentadas na Câmara e parte na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

A aprovação foi precedida de protestos da oposição, que tentou obstruir a votação e pediu verificação de quórum. Na semana passada, o PSDB ingressou com ação no Supremo Tribunal Federal contra a MP por considerá-la inconstitucional.

## Requisitos

Senadores da oposição – Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Jayme Campos (DEM-MT), Alvaro Dias (PSDB-PR), Demóstenes Torres (DEM-GO), Mário Couto (PSDB-PA) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) – argumentaram que a MP desrespeita a Constituição,



Jorge Viana (E), relator, diz que medida destinou recursos a ações "imprescindíveis e inadiáveis"

por abrir créditos extraordinários sem atender aos pressupostos de imprevisibilidade e urgência.

O relator rebateu informando que várias das destinações de recursos tratadas pela MP são provenientes de projetos não aprovados pelo Congresso em 2010. Dos 81 projetos de lei com créditos adicionais que tramitam em 2010, apenas 30 foram aprovados pelo Congresso, acrescentou Jorge Viana.

Alvaro disse que a MP foi editada "ao apagar das luzes do governo Lula para burlar o destino de bilhões de reais que não foram aprovados pelo Congresso". Demóstenes afirmou que parte dos recursos iria para despesas médicas de funcionários do Banco Central e para construir instalações dos jogos

esportivos militares organizados pelo Ministério da Defesa.

– Não há urgência, não há relevância. É uma afronta à Constituição – afirmou.

Para Randolfe, como se trata de MP, os recursos já foram empregados.

– Estamos apenas carimbando o que já foi decretado pelo Poder Executivo – declarou.

Mário Couto disse que o Senado "rasgou a Constituição brasileira", uma "desmoralização".

## Investimentos

Dos recursos da MP 515/10, o Ministério de Minas e Energia ficou com R\$ 22,3 bilhões, para serem aplicados em investimentos de 36 órgãos e empresas do setor. Parte desse valor – R\$ 17 bilhões – será empregada no

setor de combustíveis minerais, sendo R\$ 12,5 bilhões para a Petrobras aplicar em programas de oferta de petróleo, gás e refinarias e R\$ 2 bilhões para a geração de energia.

O dinheiro destinado à petroliífera vem, no entanto, de cancelamentos da própria empresa (R\$ 7,1 bilhões) e de recursos próprios (R\$ 5,38 bilhões). Os projetos que receberam mais receitas são os destinados à extração de petróleo na bacia de Campos (RJ) e à modernização de refinarias.

A Petrobras Netherlands ficou com R\$ 4 bilhões, dos quais R\$ 2,7 bilhões para a compra de unidades flutuantes de armazenamento de transferência de petróleo para os campos de Barracuda e Caratinga, ambos

na região Sudeste. Já a Braspetro contou com R\$ 1,5 bilhão para adequar a infraestrutura de produção da empresa no exterior.

Entre outras empresas que receberam recursos, estão Eletrobras (R\$ 64 milhões); Eletrosul (R\$ 272,1 milhões); Furnas Centrais Elétricas (R\$ 532,9 milhões); e Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf (R\$ 80 milhões).

A Telebrás ficou com R\$ 300 milhões para a implantação da Rede Nacional de Banda Larga, com conclusão prevista para dezembro de 2014. A MP liberou também R\$ 1 bilhão para o Ministério da Saúde; R\$ 626 milhões para o da Defesa; R\$ 296 milhões para a Presidência e R\$ 30 mil para o Judiciário.

## Fifa quer impor fornecedores para Copa

A Fifa tem indicado, para os estádios destinados à Copa de 2014, a aquisição de equipamentos que, por força de lei, não podem ser comprados para obras feitas com dinheiro público. A revelação foi feita pelo secretário de Controle e Desenvolvimento Urbano e Obras de Recife, Amir Schwartz, em debate ontem na Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Segundo Schwartz, a Fifa tem enviado ofícios indicando fornecedores para os refletores do estádio, o gramado, o placar, os assentos, a cobertura e até a tinta que será usada na barra do campo.

O secretário disse que as 12 cidades-sede da Copa querem marcar uma reunião com o Comitê Organizador Local da Fifa, o Senado e os órgãos federais e estaduais de fiscalização para definir uma forma de estabelecer a obrigatoriedade de compra para os equipamentos indicados pela Fifa.

Já o secretário extraordinário estadual da Copa do Mundo, Silvio Bompastor, disse que a principal obra é a chamada Via Mangue, dentro da capital pernambucana. Ele assinalou que 1.200 famílias que residem em palafitas na área limítrofe ao mangue estão sendo realocadas em conjuntos habitacionais em construção.

Ministro Aroldo Cedraz afirma que, para evitar problemas, obras da Copa devem ter projetos básicos e executivos competentes



## TCU vai rejeitar superfaturamento

O Tribunal de Contas da União (TCU) não deixará passar superfaturamento em obras da Copa do Mundo, mesmo que o problema decorra de orçamento original incompatível com o empreendimento em execução. A promessa é do ministro do TCU Aroldo Cedraz, que disse ontem a dirigentes e líderes partidários da Comissão Mista de Orçamento (CMO) que a solução para evitar problemas é a aprovação de obras com projetos básicos e executivos competentes.

– Por mais que queiramos flexibilizar, não vai dar para ficar sem um acompanhamento técnico vigilante e sem

o exame da lisura dos procedimentos – reforçou.

Aroldo Cedraz, que também é relator das contas do governo de 2010, apresentou aos parlamentares as linhas de seu relatório, a ser examinado pelo Plenário do TCU em 1º de junho e com chegada ao Congresso marcada para o dia seguinte. Mas as obras da Copa e das Olimpíadas também entraram na agenda, já que deputados da oposição pediram comentários sobre as condições do órgão para fiscalizar diante da medida provisória (MP 521/11) que flexibilizou as regras de licitação para os empreendimentos.



Amir Schwartz (E), senador Blairo Maggi e Silvio Bompastor: acompanhamento das obras para a Copa no estado de Pernambuco

## "Carga tributária tem garantido ganhos sociais"

O sistema tributário em vigor tem que mudar, mas é preciso levar em conta que a receita da atual carga tributária precisa ser mantida, uma vez que ela vem garantindo gastos sociais cada vez mais progressivos e volumosos, contribuindo de forma decisiva para a redução da desigualdade no país nos últimos anos.

Essa foi a observação unânime dos especialistas que participaram ontem de audiência pública sobre equidade fiscal na Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, ligada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O presidente da subcomissão,

senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), lamentou ter constatado, a partir da fala dos especialistas, que o aumento da progressividade na composição da receita tributária tenha sido dado pela formalização do mercado de trabalho, e não por uma política deliberada do governo.



Auditor da Receita Marcelo Lettieri (E); senador Aloysio Nunes e o técnico do Ipea Fernando Gaiger: radiografia do sistema tributário



## Denúncias contra ministro adiam reunião da CMO

A queda de braço entre governo e oposição adiou a reunião de ontem da Comissão Mista de Orçamento (CMO) na qual seria votado o relatório preliminar ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2012.

Parlamentares do DEM entregaram ao presidente da CMO, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), um requerimento para convocação do ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci. O partido quer que ele esclareça como aumentou seu patrimônio em 20 vezes nos quatro anos em que foi deputado federal. Com o aviso da base do governo de que o requerimento não seria votado ontem, o DEM ameaçou voltar a obstruir os trabalhos da comissão caso o pedido não seja analisado até o final da semana.

Diante das críticas, o deputado Gilmar Machado (PT-MG) saiu em defesa do governo, com a justificativa de que a votação do requerimento foi adiada apenas por conta da votação do Código Florestal no Plenário da Câmara dos Deputados, marcada para a tarde de ontem.

– Nunca deixamos de votar requerimentos e não vai ser este que vamos deixar de votar. Mas, como o Código Florestal será votado no dia de hoje [ontem] e a sessão começa daqui a pouco, é melhor deixarmos essa discussão para amanhã [hoje] – explicou.

## Decisão do DEM permite início da votação da LDO

Atrasada em uma semana em relação ao cronograma inicial da Comissão Mista de Orçamento (CMO), a votação do parecer preliminar da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2012 deve ocorrer amanhã. A previsão é do presidente da comissão, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Após a aprovação, será aberto o prazo de dez dias para apresentação de emendas ao texto final da LDO. O cumprimento do cronograma para aprovação da lei assegura o recesso parlamentar de julho.

A oportunidade de votar a LDO surgiu com a decisão do DEM de não obstruir os trabalhos na comissão, para que também ocorra a votação de requerimento de convite ao ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, apresentado pelo deputado Efraim Filho.

Desde abril, os democratas obstruem os trabalhos da CMO, em protesto ao artigo 91 da proposta de LDO, que muda a forma de fiscalização de obras pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e dificulta a paralisação daquelas com possíveis irregularidades.

Segundo o líder do DEM na Câmara, deputado ACM Neto, o governo estaria flexibilizando as regras para as obras da Copa do Mundo, em descompasso com a Lei de Licitações (Lei 8.666/93).



Marinor, entre o líder do governo, Romero Jucá (E), e o do PSDB, Alvaro Dias: requerimento ainda pode ser reapresentado

# Governistas saem em defesa de Palocci. Oposição quer CPI

Além de discursos em Plenário, senadores da base do governo garantiram presença ontem na CMA e provocaram a retirada de pauta do pedido de convocação do ministro

A BASE DO governo no Senado saiu em defesa do ministro ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci. Além de discursos em Plenário (veja matérias abaixo), senadores governistas evitaram a votação de pedido de Marinor Brito (PSOL-PA) para que o ministro fosse convocado a explicar o aumento de seu patrimônio que, segundo a *Folha de S.Paulo*, cresceu 20 vezes nos últimos quatro anos.

A desistência de votar o requerimento partiu da própria autora, que preferiu reapresentá-lo em outra oportunidade, o que não seria possível caso fosse votado e rejeitado.

Assim como outros senadores da oposição (veja matérias à direita), Marinor Brito lembrou que a oposição está colhendo assinaturas para a instalação de uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) sobre o assunto. Ela observou que a convocação de Palocci ainda poderá ser requerida em outras comissões do Senado e da Câmara.

– Não estamos fazendo acusação. Queremos deixar de nos pautar pelas informações da imprensa. E saber e informar a opinião pública, por meio do próprio ministro Palocci, que a imprensa está mentindo.

O líder do PT no Senado, senador Humberto Costa (PT-PE), lembrou que partidos de oposição já ingressaram com representação contra Palocci na Procuradoria-Geral da República.

O ministro Antonio Palocci, segundo Humberto Costa, ainda tem prazo para dar explicações. Para o senador petista, ações como apresentação de requerimento de convocação de autoridades e coleta de assinaturas para instalar CPI, antes do término do prazo que Palocci tem para responder, não visam buscar a verdade, mas sim o uso político da comissão.

## Para Humberto Costa, oposição está fazendo prejulgamento

O líder do PT, senador Humberto Costa (PE), reiterou ontem a posição contrária do partido à instalação de uma CPI Mista para investigar crescimento patrimonial do ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci. Para ele, a CPI não é necessária, uma vez que a Procuradoria-Geral da República já acatou representação do líder do DEM, senador Demóstenes Torres (GO), e iniciou investigação sobre o caso.

– Já há em andamento um

processo, iniciado pela própria oposição, que permitirá ao ministro Palocci explicar com todas as letras, com toda a transparência, as insinuações que lhe são feitas em relação a matérias publicadas em diversos órgãos nacionais de imprensa – disse.

Lembrando que apenas “insinuações” foram feitas em relação ao crescimento do patrimônio do ministro, sem a apresentação de provas cabais, Humberto Costa acusou a oposição de prejulgar Palocci.



Líder do PT reiterou ontem posição contrária à instalação da CPI Mista

– O governo não tem, nem nós, interesse de acobertar o erado, mas não podemos também estabelecer um prejulgamento quando, de concreto, não temos questões relevantes – afirmou.

## João Pedro reitera confiança nas explicações

João Pedro (PT-AM) reafirmou ontem sua confiança no ministro Palocci e disse que aguarda as explicações do ministro ao procurador-geral da República, Roberto Gurgel.

Ele criticou o comportamento da oposição e a discussão, pela manhã, do requerimento da senadora Marinor Brito que pedia a convocação de Palocci na CMA. O senador lembrou que a oposição optou, por fim, pela retirada do requerimento (leia matéria principal desta página).

João Pedro explicou ter ido à tribuna devido “a falas da oposição” e disse que o Senado estava tranquilo para tratar do assunto, porém não sob a “lógica ou es-



João Pedro critica oposição por tentar partidizar discussão sobre Palocci

– É bom destacar neste debate que esta questão diz respeito ao ministro Palocci então deputado federal, antes de assumir o minis-

tério, antes de a presidenta Dilma [Rousseff] assumir. E o governo vai bem, e a presidenta Dilma vai bem – disse João Pedro.

Alvaro Dias respondeu que não se trata de partidização, mas apenas “refletir aspirações” da sociedade em ver esclarecidas denúncias “da maior gravidade”. Alvaro também observou que, de acordo com a imprensa, R\$ 10 milhões foram arrecadados pela consultoria de Palocci no período entre a eleição e a posse de Dilma Rousseff.

Em apartes, Gleisi Hoffmann (PT-PR), Wellington Dias (PT-PI) e Benedito de Lira (PP-AL) também reiteraram a confiança em Palocci.

## Mário Couto vê sinais de dívida de campanha

Mário Couto (PSDB-PA) defendeu a criação de CPI para investigar o aumento de patrimônio do ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci. O parlamentar afirmou que irá dizer, em Plenário, os nomes de todos os senadores que apoiaram e não apoiaram a investigação.

Para ele, os R\$ 10 milhões que o ministro teria faturado nos dois meses posteriores às eleições do ano passado podem ter servido para pagar dívida de campanha.

– É, Brasil. É assim que funciona, Brasil. E o governo ainda prega moralidade neste país.



Senador afirma que vai denunciar em Plenário quem for contra CPI

## Alvaro Dias diz estranhar “silêncio sepulcral” de Dilma

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ser surpreendente “o silêncio sepulcral” da presidente Dilma Rousseff diante de acusações de enriquecimento ilícito do ministro Antonio Palocci. Para ele, a denúncia aponta “uma evolução patrimonial exorbitante, que, até este momento, não encontrou explicação lógica da parte do ministro ou do governo”.

– O silêncio implica omissão e pode se transformar em cumplicidade na eventualidade da confirmação de eventuais ilícitos que poderiam ter sido praticados – advertiu Alvaro.



Alvaro: evolução patrimonial “exorbitante” não tem explicação

## Oposição pede nova investigação à PGR

A oposição apresentou nova representação pedindo à Procuradoria-Geral da República uma investigação sobre o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci.

No documento, PSDB, DEM e PSOL questionam emenda ao orçamento apresentada por Palocci em 2008, quando ele era deputado, beneficiando a Fundação Feira do Livro de Ribeirão Preto, que tem sua cunhada como vice-presidente. A oposição também incluiu, em outra representação, um documento relatando que a empresa Projeto Consultoria, de Palocci, comprou imóvel de empresa sob investigação policial.



## Eunício defende repartição geral de *royalties* do petróleo

Eunício Oliveira (PMDB-CE) afirmou que a redistribuição dos recursos da exploração do petróleo é fundamental para resolver o problema da carência de verbas dos municípios. Com uma repartição mais justa dessas riquezas, o país terá condições de lutar pela erradicação da miséria e de combater o consumo de drogas.

O atual sistema de repartição dos *royalties* destina 92,5% dos recursos à União e aos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, restando apenas 7,5% para os outros estados, disse o parlamentar.

Eunício lamentou o veto do então presidente Lula, no texto da Lei 12.351/10, à proposição aprovada no Congresso que modificava a distribuição dos *royalties* do petróleo.

– Como conheço bem o presidente [Lula], sei que ele, no fundo, como nordestino e homem de origem humilde que é, gostaria de encontrar uma saída para essa injustiça.

De acordo com Eunício, se o veto fosse derrubado, os 184 municípios cearenses receberiam R\$ 290 milhões a mais, e o estado do Ceará, R\$ 483 milhões. Fortaleza, por sua vez, teria um aumento de 400% na arrecadação com *royalties*.



Eunício Oliveira aponta vantagens em derrubada de veto presidencial

## Lúcia Vânia critica excesso de tributos sobre setor elétrico

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) alertou para a importância de os parlamentares debaterem a Medida Provisória 517/10, que prorroga a incidência de encargos sobre o setor elétrico e deverá ser encaminhada à Casa ainda nesta semana.

Ela lembrou que a Comissão

de Serviços de Infraestrutura (CI), da qual é presidente, realizará audiência pública sobre o tema amanhã.

Para a senadora, o alto custo da energia elétrica prejudica a competitividade do país e é preciso desonerar urgentemente o setor.

Com base em levantamento recente, Lúcia Vânia disse mais de 30 tributos e encargos sociais incidem sobre o setor elétrico, o que corresponde a 45,8% da receita bruta das empresas consumidoras de eletricidade.

– Para a maioria da população brasileira, especialmente a mais carente, esses encargos também repercutem negativamente. O Brasil está entre os primeiros países do *ranking* dos que mais oneram o custo da tarifa de energia elétrica – criticou.



Para Lúcia Vânia, alto custo da energia prejudica competitividade do país

## Moka anuncia obras do Aquário do Pantanal em Campo Grande

Campo Grande ganhará o maior aquário de água doce do mundo, anunciou Waldemir Moka (PMDB-MS). Segundo o senador, a ordem de serviço das obras foi assinada na segunda-feira pelo governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, em solenidade com a presença

da ministra da Pesca, Ideli Salvatti, e do ministro do Turismo, Pedro Novais.

Moka destacou que o Aquário do Pantanal terá 18,6 mil metros quadrados de área construída, com 24 tanques e 7 mil espécies de animais. Com capacidade para receber até 20 mil visitantes por dia, deve ficar pronto no final de 2013.

– Será um projeto grandioso, de custo aproximado de R\$ 84 milhões, com recursos próprios do governo do estado. A intenção é que o aquário se torne, além de atrativo turístico, referência para pesquisa e consultas sobre a fauna e a flora pantaneiras – explicou.

O senador disse ainda que a ministra Ideli, na visita a Mato Grosso do Sul, assinou convênios para o desenvolvimento da atividade pesqueira no estado.



Moka diz que Ministério da Pesca assinou convênios com o estado

Por causa do método de correção, débito quase quadruplicou desde 1998, apesar dos pagamentos terem sido maiores do que o valor originalmente devido, diz Flexa Ribeiro

## Senadores querem repactuar dívidas estaduais com União

A DÍVIDA ERA de R\$ 93,24 bilhões em 1998, os devedores já tinham pago R\$ 96,62 bilhões em 2008, mas o saldo em favor da credora, em vez de cair, subiu para R\$ 320,25 bilhões nesse período de dez anos. Assim é a dívida dos estados com a União, conforme números apresentados pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Flexa Ribeiro foi um dos dez senadores que cobraram nova repactuação das dívidas de estados e municípios, em condições compatíveis com a realidade econômica atual.

### Exemplo de SC

O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) disse que, quando assumiu o governo de Santa Catarina pela primeira vez, em 2003, o estado devia R\$ 4 bi-

lhões à União. Em oito anos (ele foi reeleito em 2006), o estado pagou R\$ 6 bilhões, mas seguia devendo R\$ 10 bilhões.

– É uma conta desfavorável aos estados, que ficam sem dinheiro para investir – reclamou.

Por isso, Luiz Henrique sugeriu a criação de um fundo de investimento, pelo qual a União abriria mão de 20% das dívidas em favor de obras nos estados. O que o governo federal perderia de imediato, na avaliação do senador, ganharia logo em seguida, com a movimentação da economia e a consequente elevação da arrecadação de impostos.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) apoiou a proposta de Luiz Henrique, que considerou “um PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] ampliado”. O senador cobrou do governo

federal, na relação com estados e municípios, postura semelhante à que teve com o Paraguai, quando aceitou renegociar o preço da energia gerada em Itaipu.

### Dívida não cai

Blairo Maggi (PR-MT), que governou Mato Grosso por oito anos, afirmou que, quando assumiu o Executivo pela primeira vez, em 2003, o estado devia R\$ 5,3 bilhões à União, valor que se conservou praticamente inalterado, apesar do pagamento de R\$ 5 bilhões no período.

Waldemir Moka (PMDB-MS) apoiou a proposta de Luiz Henrique e disse que as taxas cobradas nos contratos de repactuação de dívidas dos estados são incompatíveis com o momento atual, de estabilidade da inflação.



Flexa Ribeiro fala dos números da dívida dos estados em reunião da CAE, presidida por Delcídio do Amaral (D)

## Projeto exclui do cálculo gastos com infraestrutura

Todo o debate sobre a dívida dos estados foi provocado pelo Projeto de Lei do Senado (PLS) 392/07, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), que autoriza os estados a abaterem do cálculo do resultado primário despesas com investimentos em obras de infraestrutura. A votação foi adiada para a próxima semana.

Defensor do projeto, o senador Eduardo Braga (PMDB-AM) disse que os estados só querem ter o mesmo direito da União, que já exclui desse cálculo as obras do PAC e do Projeto Piloto

de Investimentos (PPI). Ele afirmou que, se a manutenção de superávits primários elevados é importante para a estabilidade econômica, a recuperação da capacidade de investimento dos estados é imprescindível para o desenvolvimento nacional.

Ex-governador do Amazonas, Eduardo Braga disse que as regras atuais estão sufocando a capacidade de investimento do poder público nos estados e municípios.

Cyro Miranda (PSDB-GO) anunciou que está preparando

com Eduardo Braga um voto em separado para tentar aprovar o projeto, já que o relatório do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) é pela rejeição.

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), é difícil posicionar-se contra o projeto, porque as obras excluídas do cálculo devem ser negociadas conjuntamente pelos estados e pela União.

Os senadores Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Lindbergh Farias (PT-RJ) ficaram contra o projeto de Lúcia Vânia.

## Rejeitada isenção de taxa para pregões eletrônicos

A CAE aprovou ontem relatório da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) que rejeita o PLS 349/09, isentando de taxas os participantes de licitações em sistema de pregão eletrônico. De acordo com Gleisi, a isenção poderia trazer danos ao interesse público, ao tornar inviável o emprego do sistema eletrônico de licitações, que “é comprovadamente mais ágil e eficiente para a administração, especialmente nos pequenos municípios, que não dispõem de condições para montar sistema eletrônico próprio”.

Segundo o relatório, os licitantes também são beneficiados pela utilização de sistemas eletrônicos, “uma vez que os custos com a participação nas licitações são reduzidos, pela supressão de gastos e pela celeridade nos procedimentos”.

## Parecer contrário à regulação de consultorias

Projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que disciplina a atividade de empresas de consultoria e das agências de classificação de risco foi rejeitado ontem pela CAE. O relatório do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) reconhece que consultorias e agências de avaliação de risco exercem forte influência sobre o sistema financeiro, mas alega que essa influência é, na maioria das vezes, benévola, ao prover o mercado de informações importantes.

Para os casos de má-fé, em que há divulgação de informações falsas ou prejudiciais a empresas financeiras, a Lei 7.492/86 já prevê punições, afirma o relator. O PLS 290/09 agora será votado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).





Marisa Serrano: Ecad não tem critérios de ação definidos

## CE vai discutir denúncias contra atuação do Ecad

As denúncias de irregularidades na arrecadação de direitos autorais pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) serão debatidas em audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), conforme requerimento apresentado pelos senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Marinor Brito (PSOL-PA).

Na presidência da reunião, Marisa Serrano (PSDB-MS) também considerou importante a audiência.

– Todos concordam que precisamos ter um órgão arrecadador. O que se precisa é de transparência e garantia de fiscalização. O Ecad é uma entidade particular e não tem critérios definidos.

## Magno Malta critica ministro da Educação

Magno Malta (PR-ES) criticou duramente o ministro da Educação, Fernando Haddad. O senador o acusou de ter evitado discutir a questão do que chamou de “kit homossexual” com a Frente Parlamentar da Família. Segundo Malta, Haddad “faltou com a verdade” em audiência recente na Câmara.

– Ele disse que não sabia desse kit. Ele escamoteou. Ele mentiu.

Para Malta, o conteúdo proposto pelo ministério transformaria as escolas em “academias de homossexualismo”.



Para senador, ministro mentiu

Ontem o promotor de Justiça Tito Souza do Amaral e o desembargador federal José Lázaro Alfredo foram sabatinados na CCJ e tiveram seus nomes acatados também no Plenário. A decisão será comunicada à Presidência da República

# Senado aprova duas indicações para Conselho Nacional do Ministério Público

O SENADO APROVOU ontem as indicações de dois nomes para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no biênio 2011-2013: o promotor de Justiça de Goiás Tito Souza do Amaral e o desembargador federal José Lázaro Alfredo Guimarães.

Tito do Amaral – indicado pelo

procurador-geral da República, Roberto Gurgel – recebeu 55 votos favoráveis e 4 contrários, com 1 abstenção. José Lázaro Guimarães, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), recebeu 62 votos favoráveis e 4 contrários. Também ontem, pela manhã, a Comissão de Constitui-

ção, Justiça e Cidadania (CCJ) já aprovava as indicações.

Natural de Ceres (GO) e com exercício profissional em Goiânia, Tito do Amaral afirmou, durante sabatina na CCJ, que o Ministério Público vive um momento de reafirmação de seus princípios, que apontam para uma atuação

voltada aos interesses da sociedade. Ele defendeu que o CNMP aplique punições rigorosas em casos de desvio de conduta na categoria.

Já José Lázaro Guimarães – juiz do Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região, em Recife – realçou a importância do Senado para o equilíbrio federativo. O relator da sua indicação, Cícero Lucena (PSDB-PB), comentou a atuação do desembargador – baiano de Salvador – como professor universitário.

O senador Armando Monteiro (PTB-PE) ressaltou “a trajetória profissional, o conhecimento e a idoneidade” de ambos. Demóstenes Torres (DEM-GO) elogiou a conduta profissional de Tito do Amaral, com quem trabalhou quando foi procurador-geral de Justiça e secretário de Segurança Pública e Justiça de Goiás.



Entre os indicados Tito do Amaral (E) e José Lázaro Guimarães, Eunício Oliveira preside a CCJ, com presença de Cícero Lucena (D)

## Autorizada a filiação do Senado a associação de mídias legislativas

Os senadores aprovaram projeto de resolução (PRS 67/10) que autoriza a filiação do Senado à Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral). A proposta permite que a Casa participe de intercâmbios e ofereça aporte técnico e de conteúdo aos demais associados da entidade.

A Astral foi criada em 2003 para melhorar a qualidade da transmissão das ações do Legislativo. Além dos intercâmbios, a associação promove cursos e

treinamentos para profissionais e organiza arquivos de som e imagem.

O projeto foi aprovado por unanimidade, com a supressão de um parágrafo que proibia a participação de servidores do Senado em cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Astral. Por meio de emenda do autor da proposta, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), foi liberada a ocupação desses cargos por servidores da Casa. A proposta segue para promulgação.

## Projetos de obras públicas ficam acessíveis para estudantes

O Senado aprovou ontem substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara 166/08, do ex-deputado federal Zezéu Ribeiro, que dispõe sobre o acesso à informação com valor didático sobre obras públicas por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura. Assim, as obras devem ter seus projetos arquivados para posterior consulta, contribuindo para a formação técnica e cultural dos profissionais.

Para tratar do assunto, o pro-

jeto acrescenta um capítulo à Lei 8.159/91, relativa à política nacional de arquivos públicos e privados. Pelo substitutivo aprovado, os órgãos da administração pública direta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista ficam obrigados a manter arquivos de informações referentes às obras públicas projetadas ou executadas sob sua responsabilidade.

## Petecão critica novo adiamento sobre fuso do Acre

Após mais um adiamento da votação do projeto de lei (PLS 91/11) que regulamenta a volta do fuso horário original ao estado do Acre, o senador Sérgio Petecão (PMN-AC) disse ontem que está muito decepcionado por alguns senadores não darem a importância que o assunto tem para o povo daquele estado.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou novamente ontem a votação do projeto do senador Pedro Taques (PDT-MT). O motivo foi o

atraso na entrega do relatório pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Ele assinalou que vários parlamentares não entendem por que o presidente José Sarney não homologou o referendo, realizado em outubro de 2010, em que os acrianos decidiram pelo retorno ao fuso horário original.

Sérgio Petecão relatou que o senador Delcídio do Amaral (PT-MS), presidente da CAE, lhe disse que não é praxe na Casa a prorrogação de uma decisão

como nesse caso. Ele reiterou que o povo do Acre foi às urnas e optou pelo horário em que quer viver – compatível com a distância do estado até Brasília – e que, no regime democrático, não existe instrumento mais importante que o referendo.

Em aparte, Delcídio do Amaral disse que, pela segunda vez, tentou levar o projeto do fuso horário à votação, ontem, em reunião conjunta com as comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Constituição, Justiça e



Para Petecão, alguns senadores não estão dando importância ao tema

Cidadania (CCJ). A votação foi transferida para terça-feira, a partir das 9h30.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º vice-presidente:** Marta Suplicy  
**2º vice-presidente:** Wilson Santiago  
**1º secretário:** Cícero Lucena  
**2º secretário:** João Ribeiro  
**3º secretário:** João Vicente Claudino  
**4º secretário:** Ciro Nogueira  
**Suplentes de secretário:**  
 Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Antonio Carlos Valadares • Marta Suplicy • Vanessa Grazziotin • Lidice da Mata • Marinor Brito • Wellington Dias • Ivo Cassol

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:**  
 Teresa Cardoso e Milena Galdino  
**Edição:** Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
**Site:** [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Editores:** José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle  
**Reportagem:** Cíntia Sasse  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

**Site:** [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
**Tel.:** 0800 61 2211 – **Fax:** (61) 3303-3137

**Prça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF**  
**CEP:** 70.165-920



## CPI também ouvirá vítimas do tráfico de pessoas

Seguindo recomendações de especialistas, a CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas deve ouvir vítimas desse tipo de crime nas audiências públicas. A decisão foi tomada, ontem, pela presidente da comissão, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

– Na próxima reunião, estarão conosco representantes da Polícia Federal, da Unidade de Governança e Justiça do Escritório das Nações Unidas para Combate e Prevenção ao Crime (Unodc) e da Safernet e na reunião seguinte ouviremos pessoas vítimas desse tipo de violência – comunicou a senadora.

A recomendação para que as vítimas fossem ouvidas foi feita pelas pesquisadoras Marcia Anita Sprandel, que também é assessora técnica da liderança do PT, e Fabiana Gorenstein, que é oficial de projetos do ICMCPD, organização internacional que trabalha com o tema das migrações e do tráfico de pessoas. As duas especialistas foram convidadas a contribuir com o direcionamento do plano de trabalho da CPI.

– A minha recomendação central seria: vamos escutar os migrantes diretamente, vamos escutar vítimas de tráfico, se elas se dispuserem a vir falar, e vamos escutar pessoas que se deslocam e que estão vulneráveis a essa questão – sugeriu Fabiana, que acredita ter faltado a muitas CPIs já realizadas a disposição de ouvir as vítimas.

A relatora da CPI, senadora Marinor Brito (PSOL-PA), pediu a ajuda das pesquisadoras e das organizações que tratam do tema para identificar as vítimas.

Para as pesquisadoras, é preciso melhorar o atendimento às vítimas de tráfico tanto nos aeroportos, para o caso das que voltam, quanto nos consulados, para atender àquelas que se encontram vulneráveis fora do país. O preconceito contra os brasileiros no exterior, segundo Fabiana Gorenstein, contribui para que as vítimas não procurem ajuda.

– Essa discriminação acaba fazendo com que ele sequer consiga se reconhecer como um brasileiro capaz de procurar ajuda nos consulados e nas embaixadas – afirmou.

### Informações

A CPI aprovou dez requerimentos, a maioria deles da relatora Marinor Brito, com pedidos de informação a órgãos federais e estaduais. À Polícia Federal, por exemplo, a CPI vai solicitar informações sobre todos os inquéritos instaurados. Outros pedidos serão dirigidos ao Ministério Público Federal, dos estados e do Distrito Federal, e aos ministérios das Relações Exteriores e da Justiça.

Subcomissão em Defesa do Emprego e da Previdência Social reúne especialistas para avaliar quais mecanismos podem ser criados para que pessoas acima de 45 anos não sejam excluídas precocemente da população ativa

# CAS debate estímulo para trabalhador mais experiente continuar no mercado

É PRECISO CRIAR condições para que os trabalhadores mais experientes, com mais de 45 anos, continuem no mercado de trabalho. Foi o que sugeriram ontem os debatedores na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Jeferson Luiz Faria Soares, representante do Grupo de Estudos dos Trabalhadores Experientes, afirmou que a contratação de pessoas com mais de 45 anos até tem aumentado, mas, em geral, para postos menos qualificados e com salários “ridículos”.

– Isso é exploração de mão de obra barata – avalia Jeferson.

Outra solução tem sido estimular o empreendedorismo. Para ele, porém, essa solução não é a mais adequada, pois “quem não tem vocação para empreendedor desde pequeno não vai conseguir”.

Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), Lourenço Ferreira do Prado disse que têm sido comuns as demissões de profissionais mais experientes, que já conquistaram um salário maior, trocados por pessoas mais jovens e sem experiência, com salários mais baixos. Muitas dessas vagas têm sido preenchidas por estrangeiros, denunciou.

– Isso tem provocado uma



Jeferson Soares (E), Lourenço do Prado, senador Paulo Paim e Rodolfo Torelly: governo aponta crescimento da oferta

verdadeira corrida por vistos de trabalho. Como um país em desenvolvimento, temos necessidade de manter esse emprego aqui e estimular nossas empresas a contratar brasileiros – opinou o representante do FST.

### Acima da média

O aumento de contratações de trabalhadores com mais de 50 anos nos últimos anos foi confirmado pelo diretor do Departamento de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Rodolfo Peres Torelly. Segundo ele, nessa faixa etária, as contratações têm ficado acima da média anual, que é, conforme declarou, de 7%.

– Tivemos um crescimento de emprego de 10,3% para essa

faixa etária em 2010 – garante Torelly.

Os dados foram confirmados pela diretora de Qualificação do MTE, Ana Paula da Silva, para quem esse número é resultado de uma política nacional de qualificação criada pelo ministério para setores específicos, principalmente a construção civil, área com maior demanda.

– O Ministério do Trabalho tem dado apoio incondicional para fortalecer o acesso de pessoas com mais de 45 anos ao mercado, bem como garantir a estabilidade delas no emprego – assegurou Ana Paula da Silva.

### Estímulo

A aprovação de projetos que estimulem a contratação de

pessoas com mais de 45 anos foi defendida pelos senadores no debate. Paulo Paim (PT-RS) lembrou que uma proposta sua já tramita na Câmara dos Deputados (PL 6.930/06), instituindo o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes (Pnete).

– O objetivo é fortalecer políticas públicas para que o trabalhador com mais idade tenha mais oportunidades no mercado de trabalho – explicou Paim, que propôs o debate de ontem.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse ter apresentado projeto (PLS 188/11) para permitir ao aposentado que voltar a trabalhar um posterior aumento de seu benefício, “sempre observando o teto da Previdência”.

## Santiago: Justiça do Trabalho é vitória do cidadão



Waldemir Borreiro/Senado Federal

Wilson Santiago (PMDB-PB) destacou a importância da Justiça do Trabalho, que neste mês come-

mora 70 anos. Para Santiago, a criação da Justiça do Trabalho foi “momento chave da conquista da cidadania brasileira”.

Wilson lembrou, também, que em 1943 entrou em vigor a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que se tornou o arcabouço jurídico sobre o qual se apoia a Justiça do Trabalho.

## Valadares teme “apagão de mão de obra” no país



Waldemir Borreiro/Senado Federal

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou a escassez de profissionais especializados no Brasil, o que cha-

mou de “apagão de mão de obra” que ameaça o desenvolvimento e a competitividade.

– Do que adianta ter o bilhete premiado do pré-sal sem autonomia tecnológica para extraí-lo? – disse o senador, que alertou para o risco de retrocesso econômico se esse desafio não for enfrentado.

## Jayme Campos quer ampliação do TRT em Mato Grosso



Waldemir Borreiro/Senado Federal

O senador Jayme Campos (DEM-MT) pediu a aprovação do PLC 22/11, que cria varas da Justiça do Trabalho

na área do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.

O PLC 22/11 cria cinco varas da Justiça do Trabalho no interior de Mato Grosso, nas cidades de Campo Novo do Parecis, Juara, Sinop, Tangará da Serra e Várzea Grande. Entre os cargos previstos no projeto, estão cinco de juiz do Trabalho.

## Ato hoje à tarde defende jornada de 40 horas

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita do deputado federal e presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), que convidou o senador para participar de um ato hoje, às 14h, no Salão Negro do Congresso Nacional, em favor da redução da jornada de trabalho, de 44 para 40 horas, sem redução salarial.

Segundo o deputado Paulo Pereira da Silva, tanto Sarney quanto o presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS), confirmaram presença.

– Vamos ter mais de mil dirigentes sindicais no evento para apoiar a redução da jornada – afirmou.

O deputado lembrou que o projeto que prevê a redução da jornada de trabalho (PEC 231/95) está em tramitação há 16 anos na Câmara dos Deputados.

Segundo as centrais sindicais, a redução da jornada pode ajudar a criar 2 milhões de empregos, além de reduzir o número de acidentes de trabalho e aumentar a produtividade das empresas.



Marcia Anita Sprandel (E) e Fabiana Gorenstein apresentam suas recomendações à CPI presidida por Vanessa Grazziotin. Marinor Brito (D), relatora, pede informações a órgãos federais e estaduais





Acir Gurgacz pediu ao ministro da Saúde atenção para o problema

## Hospital público deve ter espaço para dependentes

Como medida de combate ao crescimento do consumo de crack e óxi entre os jovens, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) anunciou ontem a apresentação de proposta de emenda à Constituição para tornar obrigatória a existência de locais adequados nos hospitais públicos para tratar usuários e dependentes de drogas.

– Nós precisamos cuidar dessas crianças, dos nossos jovens que já estão dependentes, tê-los nos hospitais, que devem estar preparados para lhes dar atenção – disse Gurgacz.

O senador citou reportagem sobre drogas do jornal *O Globo*, que mostrou a prostituição de adolescentes na BR-364, entre Acre e Rondônia, que se oferecem por quantias irrisórias apenas para sustentar o vício.

Gurgacz salientou que o país deve intensificar a vigilância nas fronteiras, para impedir que drogas ou produtos que a compõem entrem no território brasileiro.

## Geovani pede mais ações para combater drogas

Geovani Borges (PMDB-AP) pediu mais ações públicas de combate ao consumo de drogas entre crianças e jovens. Ele destacou que muitos jovens acabam entrando no mundo do crime devido ao contato precoce com as drogas.

O senador afirmou que, de acordo com a pesquisa Perfil do Adolescente Infrator, realizada pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), 64% dos menores infratores confessam usar substâncias ilícitas.

– A relação droga e crime é mesmo de impressionar e deixa claro que nem o Estado nem a família têm controle sobre esses jovens – opinou.

Geovani Borges lamentou que a maioria das cidades brasileiras não tem estrutura hospitalar com tratamento e acompanhamento psicológico e médico adequados para esses jovens.



Geovani lamenta falta de estrutura nos hospitais para atender pacientes

Representantes do governo que debateram proposta de redução das faixas de fronteira consideram que é preciso aumentar o controle, mas flexibilizar atividades produtivas

# Fronteiras podem combinar desenvolvimento e segurança

FORTALECER A SEGURANÇA nas fronteiras brasileiras e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento da população que vive nessas áreas. Esse é o desafio a ser enfrentado pelo país, conforme representantes das Forças Armadas, da Polícia Federal e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) ouvidos ontem pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, subordinada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O Brasil tem 17 mil quilômetros de fronteiras com dez países, envolvendo 11 estados e 588 municípios. De acordo com o major-brigadeiro do ar Gerson Machado de Oliveira, da Chefia de Preparo e Emprego das Forças

Armadas, é preciso reforçar o controle sobre essa faixa, mas também assegurar condições para o desenvolvimento das localidades fronteiriças.

– Desenvolvimento anda *pari passu* com segurança, um alimentando o outro – disse.

Ao concordar com o militar, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ressaltou que o conceito moderno de defesa nacional não se restringe a questões militares, incluindo ações de inteligência, de desenvolvimento e de exploração adequada do território.

Para dinamizar a economia das áreas fronteiriças, a senadora Ana Amélia (PP-RS) propôs reduzir para 50 quilômetros a largura da faixa de fronteira, hoje de 150 quilômetros. Atividades

produtivas nessa faixa – considerada área indispensável à segurança nacional – são limitadas pela Lei 6.634/79.

A redução da faixa de fronteira consta da PEC 49/06, do então senador Sérgio Zambiasi, reapresentada por Ana Amélia. Questionado pela senadora sobre a proposta, Gerson Oliveira citou estudo que aponta risco à segurança, se a faixa for reduzida. O correto seria flexibilizar critérios que engessam as atividades na fronteira, disse o militar.

Ana Amélia explicou que municípios gaúchos que fazem fronteira com o Uruguai sofrem concorrência desleal, principalmente pelas limitações contidas na lei, que impedem o desenvolvimento no lado brasileiro.



Glauco Moraes (E), Gerson de Oliveira, senador Mozarildo Cavalcanti e Oslain Santana: segurança e crescimento

## Polícia Federal pede mais pessoal e recursos

Uma ação mais ampla do Estado nas fronteiras brasileiras esbarra em limitações de investimentos e no número insuficiente de quadros, disse o diretor de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal, Oslain Santana.

Segundo ele, o órgão tem sido afetado por recorrentes contingenciamentos de recursos. As verbas contingenciadas são arrecadadas por taxas cobradas por serviços prestados pela PF e em leilões de bens apreendidos

de traficantes. Santana também informou que 30% do quadro de servidores da Polícia Federal aguardam provimento e defendeu a realização de concursos e contratações a cada dois anos, para repor vagas decorrentes de aposentadorias e outros fatores.

A adoção desse “gatilho” para provimento de vagas também foi sugerida pelo Oficial de Inteligência da Abin Glauco Costa de Moraes. Conforme informou, muitas subunidades da agência,

localizadas na região de fronteira, estão sem pessoal.

A necessidade de integração dos órgãos envolvidos no controle das fronteiras foi ressaltada por todos os participantes da audiência pública. Representando o Ministério das Relações Exteriores, Luiz Maria Pio Corrêa assinalou a dimensão política dessa integração, a partir das ações do Itamaraty para promover acordos de cooperação entre os países que fazem fronteira com o Brasil.

## Aprovados seis acordos internacionais

O Senado aprovou ontem seis projetos de decreto legislativo (PDS) que agora vão à promulgação. Entre eles, está o PDS 636/10, que regulariza o reconhecimento de diplomas e títulos universitários nos países do Mercosul.

Foi também aprovado o PDS 75/11, que facilita as operações de crédito para financiamento de aeronaves, helicópteros e outros equipamentos aeronáuticos.

Já o PDS 641/10 aprova o

acordo para combater o tráfico de migrantes entre os países do Mercosul. O acordo prevê a cooperação, a prevenção, o combate e o intercâmbio de informações entre os países que compõem o bloco regional.

O quarto decreto (PDS 640/10) aprovou acordo de assistência jurídica mútua em assuntos penais entre os países do Mercosul, a Bolívia e o Chile, que será útil na investigação de crimes e na cooperação nos procedimen-

tos judiciais relacionados a assuntos penais.

O PDS 255/10 aprovou o Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas ou Sujeitas a Regimes Especiais entre o Brasil e o Panamá, permitindo que o condenado cumpra pena em seu meio social e cultural.

Foi aprovado ainda acordo (PDS 73/11) entre Brasil e México, permitindo que dependentes dos funcionários diplomáticos exerçam atividade remunerada no outro país.



Senadora diz que produtores rurais vivem “insegurança jurídica”

## Ana Amélia: Código Florestal é “inadiável”

A senadora Ana Amélia (PP-RS) afirmou ontem que a aprovação do novo Código Florestal brasileiro pela Câmara é uma “decisão inadiável”.

– Teremos nós, aqui no Senado, também a responsabilidade de aperfeiçoar o que a Câmara decidir – disse Ana Amélia, para quem os produtores rurais vivem uma situação de “insegurança jurídica”.

Para a senadora, “os produtores rurais conscientes” sabem de sua responsabilidade com a sustentabilidade e produtividade e com a preservação ambiental. Ela destacou a necessidade de proteção da região amazônica da cobiça internacional, patrimônio ambiental que pertence somente ao povo brasileiro.

Em aparte, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu a aprovação urgente do código e disse esperar um entendimento entre ambientalistas e produtores rurais, para que se possa “cuidar do meio ambiente enquanto se produz alimentos”.

## Para Anibal, foco principal é o da sustentabilidade

Na opinião do senador Anibal Diniz (PT-AC), os congressistas não podem fazer uma discussão simplista e abrir muitas exceções na elaboração do novo Código Florestal de maneira a torná-lo apenas instrumento de defesa do agronegócio. Para ele, o ideal é o caminho do equilíbrio, com a criação de condições para que o Brasil continue liderando e aumentando a produtividade por meio dos avanços tecnológicos, mas com uma resposta positiva para a preservação das florestas.

– É possível se desenvolver, produzir mais e melhor e aumentar as condições da produção de alimentos, mas sempre preocupado com a sustentabilidade – disse o senador.

Para Anibal Diniz, é necessário buscar mecanismos que permitam o fortalecimento da tecnologia para aumentar a produtividade, mas sem tirar o foco da sustentabilidade.



Anibal Diniz: discussão do Código Florestal não pode ser simplista